



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**Faculdade de Educação – UAB/UnB/MEC/SECAD**  
**Curso de Especialização em Educação na Diversidade e**  
**Cidadania, com Ênfase em EJA**

Antonio Gomes Basílio

Maria Cristina Oliveira

**Leitura: O elemento fundamental para redigir e compreender**  
**textos**

Brasília, DF

Julho/2010

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**Faculdade de Educação – UAB/UnB/MEC/SECAD**  
**Curso de Especialização em Educação na Diversidade e**  
**Cidadania, com Ênfase em EJA**

**LEITURA: O elemento fundamental para compreender e redigir**  
**textos**

Antonio Gomes Basílio

Maria Cristina Oliveira

Professores Orientadores: Ana América Ávila Paz

Elizabeth Danziato Rego

Tutores Orientadores: Airan Almeida de Lima

Deliene Lopes Leite Kotz

**PROJETO DE INTERVENÇÃO**

Brasília, DF, Julho/2010

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**Faculdade de Educação – UAB/UnB/MEC/SECAD**  
**Curso de Especialização em Educação na Diversidade e**  
**Cidadania, com Ênfase em EJA**

Antonio Gomes Basílio

Maria Cristina Oliveira

**TÍTULO**

Trabalho de conclusão do Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania, com Ênfase em EJA, como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de Especialização na Educação de Jovens e Adultos

---

**Professores Orientadores**

---

**Tutores Orientadores**

---

**Avaliador Externo**

Brasília, DF, Julho/2010

***Aos nossos familiares***

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecemos, primeiramente, a Deus, por permitir que nós alcançássemos essa vitória, dando-nos forças para prosseguir.

Agradecemos às nossas professoras orientadoras, Ana América Ávila Paz e Elizabeth Danziato Rego pelas orientações, disponibilidade e paciência.

Agradecemos aos nossos professores tutores Airan Almeida de Lima e Deliene Lopes Leite Kotz pela ajuda em tempo oportuno.

Agradecemos à nossa avaliadora externa, a professora Angélica Acácia Ayres Angola, pelas sugestões e colaborações prestadas, as quais contribuíram de forma positiva com o intuito de enriquecer o nosso Projeto de Intervenção Local.

Agradecemos à Coordenadora Geral do Curso, Profa. Leila Chalub Martins, pelos direcionamentos de grande valia para a concretização desse curso.

“É necessário que a revolução democrática se aprofunde para estabelecer condições de criar uma universidade capaz de servir aos trabalhadores, sem submetê-los a condições de escravos; onde possam receber uma educação instrumental, útil para sua auto-emancipação e, sobretudo, para que não se desvinculem, em sua identidade, e em seus papéis sociais, dos objetivos que definem a relação da classe trabalhadora com a transformação da sociedade capitalista.”

**Florestan Fernandes**

## RESUMO

Este projeto tem como ênfase a leitura, por entendermos que esta é uma ferramenta primordial para a produção e a compreensão de textos, tornando o cidadão em um sujeito capaz de adquirir conhecimento e inseri-lo na sociedade, considerando a tecnologia em um mundo globalizado em que o mesmo vive. Assim, esse sujeito terá mais condições de produzir algo novo e interessante, primando sempre pela qualidade. Temos percebido que os alunos não têm o hábito de ler e escrever. Por isso, como condutores da educação, enfrentaremos esses desafios com simplicidade, paciência e humildade, acreditando dessa forma que contribuiremos, também, em elevar a autoestima dos alunos. A metodologia desse projeto foi realizada por meio de pesquisas bibliográficas. A motivação para a escolha do tema surgiu principalmente pela observação empírica de toda a comunidade escolar. Assim, o Projeto de Intervenção Local – PIL, o qual estamos propondo desenvolvê-lo, será, em primeira mão, voltado para os sujeitos da Educação de Jovens e Adultos/Trabalhadores, em especial os do Centro de Educação de Jovens e adultos da Asa Sul – CESAS e os do Centro de Ensino Especial 02 de Brasília – CEE/2. Ainda, quanto aos ambientes institucionais de decisão, o presente projeto está direcionado para o Governo do Distrito Federal, Secretaria de Educação e Conselho de Educação do Distrito Federal, podendo, também, alcançar outros ambientes, sejam eles municipais e estaduais.

## SUMÁRIO

<b>1. PROJETO DE INTERVENÇÃO LOCAL .....</b>	<b>9</b>
<b>2. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DOS PROPONENTES .....</b>	<b>9</b>
2.1. Nomes .....	9
2.2. Turmas .....	9
2.3. Informações para contato .....	9
<b>3. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO .....</b>	<b>9</b>
3.1. Título .....	9
3.2. Área de abrangência .....	9
3.3. Instituições .....	9
3.4. Instância instituição de decisão .....	9
3.5. Público ao qual se destina .....	10
3.6. Período de execução .....	10
<b>4. AMBIENTE INSTITUCIONAL .....</b>	<b>10</b>
<b>5. JUSTIFICATIVA E CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA .....</b>	<b>11</b>
<b>6. OBJETIVO GERAL .....</b>	<b>15</b>
6.1. Objetivos específicos .....	15
<b>7. ATIVIDADES/RESPONSABILIDADES, CRONOGRAMA, PARCEIROS .....</b>	<b>15</b>
<b>8. ORÇAMENTO .....</b>	<b>16</b>
<b>9. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>16</b>



## 1. PROJETO DE INTERVENÇÃO LOCAL (PIL)

## 2. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DOS PROPONENTES

**2.1. Nomes:** Antonio Gomes Basílio  
Maria Cristina Oliveira

**2.2. Turmas:** “B” e “E”

**2.3. Informações para contato:**

**Telefone:** 9115-7276      **E-mail:** [ag.basilio@gmail.com](mailto:ag.basilio@gmail.com)  
8520-2803      **E-mail:** [Cris.oliveira54@yahoo.com.br](mailto:Cris.oliveira54@yahoo.com.br)

## 3. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

**3.1. Título:** Leitura: o elemento fundamental para redigir e compreender textos

**3.2. Área de abrangência**

As abrangências alcançadas serão distrital e local.

**3.3. Instituições:**

**Nome:** CESAS - Centro de Educação de Jovens e Adultos da Asa Sul

**Endereço:** Avenida - L2 – Quadra 602 – Projeção “D” – Asa Sul – Brasília – DF

**Nome:** Centro de Ensino Especial nº 02 de Brasília

**Endereço:** SGAS 612 Módulo “D” – Avenida L2 Sul – Brasília – DF

**3.4. Instância institucional de decisão:**

As instâncias institucionais de decisão serão: Governo, Secretaria de Educação, Conselho de Educação e Distrito Federal.

### **3.5. Público ao qual se destina**

Pretende-se, com a execução deste Projeto de Intervenção Local (PIL), atender aos alunos de 6º e 7º semestre, do 2º segmento do CESAS – Centro de Educação de Jovens e Adultos da Asa Sul e aos alunos com necessidades educacionais especiais, matriculados e/ou em processo de diagnóstico psicopedagógico do CEE nº 2 - Centro de Ensino Especial 02 de Brasília. Embora o projeto tenha a sua demanda especificada, isso não quer dizer que somente esteja destinada a ela, podendo executá-lo para os alunos e as alunas dos demais segmentos da Educação de Jovens e Adultos – EJA.

### **3.6. Período de execução**

O presente projeto será executado a partir do mês de fevereiro de 2011 e o término se dará no mês de dezembro do mesmo ano.

## **4. AMBIENTE INSTITUCIONAL**

O Centro de Educação de Jovens e Adultos da Asa Sul – CESAS, é uma instituição de natureza pública, pertencente à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e à Diretoria Regional de Ensino do Plano Piloto/Cruzeiro. Surgiu nos anos 70, com a finalidade de possibilitar escolaridade de Ensino Fundamental e Médio aos interessados que não tiveram a oportunidade e/ou condição de estudos na idade própria. Prima por uma metodologia que se adéqua à realidade dos alunos e das alunas, respeitando as diferenças. Sejam elas de natureza quanto à idade e ao gênero. No ano de 2000 implantou um sistema de 5 (cinco) semanas, semi-presencial, atendendo assim as necessidades dos alunos e das alunas trabalhadores e trabalhadoras. Esse sistema era mais viável, pois permitia competência e qualidade do ensino ministrado em menor tempo para os alunos. A partir de 2006 o CESAS – Centro de Educação de Jovens e Adultos da Asa Sul, adotou o sistema semestral e presencial, dificultando assim a vida dos alunos, quanto ao ajuste trabalho e estudo ao mesmo tempo, além de contribuir com a evasão escolar de seu público-alvo, Educação de Jovens e Adultos-trabalhadores. Deveria ter continuado com o sistema adotado no ano de 2000, que funcionava em um período de 5 (cinco) semanas, semi-presencial, estruturado por conjunto de disciplinas, em blocos, adequando assim as necessidades dos alunos trabalhadores. Há um número expressivo de alunos portadores de alguma necessidade de Ensino Especial. São alunos matriculados e freqüentes. Existem as salas de Recursos, onde os mesmos são atendidos por profissionais qualificados, aos quais

cabe a missão de incluí-los nas salas regulares, o que acontece sempre, caracterizando esta instituição como uma escola inclusiva.

O CEE nº 2 - Centro de Ensino Especial nº 02 de Brasília é, também, uma instituição de natureza pública, pertencente à mesma Secretaria e Diretoria Regional do CESAS – Centro de Educação de Jovens e Adultos. Sua inauguração ocorreu em 1973, quando iniciou suas atividades. É um estabelecimento de ensino especializado no atendimento educacional de alunos com necessidades educacionais especiais. Adota o currículo da educação infantil e do ensino fundamental, aplicando adaptações dos programas, procedimentos metodológicos específicos, bem como equipamentos e materiais didáticos adequados à educação especial. Presta atendimento local e itinerante, atendendo ao corpo docente e discente, apoiando a comunidade escolar, possibilitando o acesso e a permanência bem sucedida dos alunos com necessidades educacionais especiais na rede de ensino, assim, suas funções educacionais extrapolam os seus limites físicos, prestando serviços especializados.

O objetivo principal é oferecer melhoria de qualidade do ensino nas ações pedagógicas, psicopedagógicas e administrativas que definem em linhas gerais o trabalho realizado por este Centro de Ensino especializado.

Dentre outros objetivos tem como missão implantar o Programa de Preparação para o trabalho para os alunos maiores de 14 (catorze) anos, por meio das Oficinas Pedagógicas, assegurando a modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

## **5. JUSTIFICATIVA E CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA**

Os nossos olhos estão e sempre estarão voltados para a leitura, por considerarmos ser esta um elemento fundamental para redigir e compreender textos. A nossa mensagem e papel como condutores e condutoras da Educação será sempre: leia e entenda. Assim, cabe-nos ressaltar as funções de reparação, de equidade e de qualificação, consoante Parecer CNE/CEB 11/2000: a primeira, ou seja, a função reparadora da Educação de Jovens e Adultos, no limite, significa não só a entrada no circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado: o direito a uma escola de qualidade, mas também de reconhecimento daquela igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano. Desta negação, evidente na história brasileira, resulta uma perda: o acesso a um bem real, social e simbolicamente importante. Logo, não se deve confundir a noção de reparação com a de suprimimento. Oportuniza, ainda, uma adequação correlação idade/ano escolar em seu itinerário educacional. A segunda, a função equalizadora da EJA dar cobertura a trabalhadores e a tantos outros segmentos sociais como donas de casa, migrantes, aposentados e encarcerados. Esta tarefa de propiciar a todos a atualização de

conhecimento por toda a vida é a função permanente da EJA que pode se chamar de qualificadora, que traz para esses sujeitos algo tão profundo, que podemos chamar de primícias. (...) Esta é o próprio sentido da EJA. (...) Mais do que nunca, ela é um apelo para a educação permanente e criação de uma sociedade educada para o universalismo, a solidariedade, a igualdade e a diversidade. Acreditamos que, seguindo essas funções, na qualidade de educadores, propiciaremos aos sujeitos da Educação de Jovens e adultos, no mínimo, a possibilidade de os mesmos produzirem algo novo e interessante, primando sempre pela qualidade.

Para Luft (1985), precisamos desenvolver nos alunos o espírito crítico, tão temido por um ensino repressor, mas imprescindível para que possam discernir entre linguagem boa e má, falada e escrita. Urge acabar com a figura do professor como “aquele que sabe”, e do aluno como “aquele que não sabe”, partindo para um trabalho de crescimento em conjunto, de pesquisas e descobertas de ambos os lados.

No entender de Gadotti (2003), quando se discute o pensamento de Freire, a rigor não se poderia falar de “método”, pois seria

[...] muito mais de uma teoria do conhecimento e de uma filosofia de educação do que de um método de ensino. Apesar de tudo, Paulo Freire acabou sendo conhecido pelo método de alfabetização de adultos que leva seu nome, chame-se a esse método sistema, filosofia ou teoria do conhecimento. (p.32).

No entendimento de Paludo (2005), educar para autonomia dos sujeitos envolvidos significa, também, usar métodos e procedimentos que possibilitam que isso aconteça. Para tanto, é preciso que o “educador seja educado” e é este, justamente, o elemento central que sustenta a necessidade de a educação continuar, apesar de todas as dificuldades, possibilitando esse aprendizado aos seus educadores.

Já Vygotsky (2008, p. 10), estava preocupado em entender a relação entre as idéias que as pessoas desenvolvem e o que dizem ou escrevem. Não o fez apenas especulando em uma mesa de escritório, mas foi a campo, pesquisou, fez experiências. Extraiu conclusões como: “A estrutura da língua que uma pessoa fala influencia a maneira com que esta pessoa percebe o universo...”.

Temos percebido não só durante esta especialização na área de Educação de Jovens e Adultos a qual estamos fazendo, mas desde a nossa trajetória, quanto professores e professoras, em sala de aula, que os alunos não têm o hábito de ler, muito menos de escrever. Entendemos então que este é um problema que deve ser equacionado. Assim, acreditamos que, com paciência, persistência, simplicidade, humildade e sensibilidade, dentre outras características que fazem parte da vida do educador comprometido,

buscaremos e não mediremos esforços para transformar aquela realidade, ou seja, a falta de leitura e da escrita que ainda é muito presente na vida dos alunos, principalmente os da Educação de Jovens e Adultos – EJA. Com isso não queremos e nem pretendemos tornar os sujeitos da educação em meros leitores. Como professores e professoras pensamos e agiremos no sentido de preparar os alunos e as alunas para serem cidadãos e cidadãs, para enfrentarem o vestibular e concursos públicos e inseri-los no mercado de trabalho, capacitando-os a se posicionarem como alguém consciente, crítico e preparados para contribuir consigo mesmos e com o meio e a realidade em que vivem. Dessa forma sentiremos como agentes facilitadores para aqueles que anseiam por uma vida qualitativa, seja na esfera familiar, educacional e profissional. Assim, na visão de Magda Soares, e, considerando a percepção dos autores deste projeto, entendemos que:

“letramento é um conjunto de práticas socialmente construídas que envolvem a leitura e a escrita, geradas por processos sociais mais amplos, e responsáveis por reforçar ou questionar valores, tradições e formas de distribuição de poder presentes nos contextos sociais. (SOARES, 2002, p. 74)”.

Ainda, podemos afirmar que letrar é o uso social da leitura e da escrita, pode-se estender essa concepção para as mais variadas áreas do conhecimento. Um professor de geografia, por exemplo, deve levar seus alunos e alunas a compreenderem a cartografia, outro de matemática a compreensão dos gráficos, tabelas e assim por diante. Desta forma cada docente será o responsável pelo letramento de sua disciplina. Mas, é claro, para que isso ocorra é necessário que os alunos e as alunas tenham acesso a diversos tipos de materiais e recursos pedagógicos que propiciarão este letramento específico.

A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançadas por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto. (Freire, 1981).

Almejamos também alertar os jovens e adultos que a Educação de Jovens e Adultos para o trabalho é considerada uma modalidade de Ensino e, finalmente, um direito do cidadão, amparada por lei. Afastando, assim, a idéia de compensação e assumindo as funções de reparação e equidade. Isto representa historicamente uma conquista e um avanço para que estes não se tornem carentes do conhecimento e, no futuro, venham a se sentirem merecedores de louvor, para que se tornem, mais do que são, um exemplo para a família e para a sociedade da qual fazem parte. Ainda, podemos afirmar que a Educação de Jovens e Adultos é um espaço de tensionamento e aprendizagem em diferentes ambientes de vivências que contribuem para a formação de jovens e adultos como sujeitos da história.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (2010), traz em seu bojo que a educação é um direito de todos, amparada por lei:

“A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e

qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; direito de ser respeitado por seus educadores; direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; direito de organização e participação em entidades estudantis e acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.” (p. 40 e 41).

Some-se ainda, segundo as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que “a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberalidade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (1996).

Ainda, acresça-se, da Constituição da República Federativa do Brasil, (2008) que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” ( p. 136).

Dessa forma, vislumbramos o amparo à educação do cidadão brasileiro, em especial, aos da EJA - Educação de Jovens e Adultos. Assim, é necessário, quanto professores, estarmos atentos a esses direitos e lutarmos para que, de fato, esses direitos já amparados em lei, sejam respeitados. Para isso, contamos com o apoio e a cooperação de toda a sociedade civil, e, em especial, de todos aqueles que têm o papel de educar: o professor. Seja ele de geografia, de história, de filosofia, de sociologia, de matemática...

Como professores e professoras apostaremos no resgate da autoestima dos alunos. Entendemos que eles precisam de alguém que os estimulem a continuar com os seus estudos, alertando aos mesmos que é através da educação, da pesquisa, da especialização, que facilitarão a realização dos seus objetivos.

É necessário, também, mostrar aos alunos e às alunas que eles(as) precisam dar continuidade ao trabalho, indo, porém, mais a fundo na pesquisa, seja lendo jornais, revistas, livros didáticos, consulta ao dicionário, e, que os mesmos mergulhem na literatura, seja de cunho político, econômico, social e religioso.

Sabemos que os nossos alunos são capazes de vencerem qualquer obstáculo, por isso trabalharemos com a intenção de capacitá-los e de torná-los excelentes leitores e produtores de texto. Como já afirmamos, a leitura é uma ferramenta para formar cidadãos. Considerando que cidadania e comunidade de trabalho em rede é uma construção coletiva de conhecimento e aprendizagem colaborativa, possibilitando assim, a interação com movimentos sociais em portais.

Defenderemos sempre a idéia que os nossos alunos tenham sempre à mão livros, jornais e revistas para folhearem e entrarem na mágica dos textos. Com essa base de ensinamento, acreditamos que, para ler, entender e escrever fica muito mais fácil.

Quando o sujeito da educação ler uma reportagem no jornal, por exemplo, é possível que ele faça um resumo da mesma, podendo transformá-la em um texto argumentativo.

O nosso Projeto de Intervenção Local – PIL, obterá êxito desde que incentivemos os alunos e as alunas à pesquisa, englobando todos os meios possíveis, de internet a livros e revistas antigos e atuais, para que se torne possível transformar a realidade atual.

Para desenvolver práticas sociais de letramento, os nossos(as) alunos(as) devem conhecer diversas formas textuais empírica, que denominamos de gêneros textuais. Esses textos revelam situações histórica e sociais, com existência concreta e de diversas designações. Desse modo, a língua se manifesta em situações concretas, por meio de textos orais e escritos, de diferentes gêneros textuais que estão presentes naturalmente na vida social. São exemplificações de gêneros textuais dentro da concepção de letramento adotada aqui: telefonema, carta pessoal, carta comercial, índice remissivo, cantiga de ninar, lista de compras, cardápio, bilhete, e-mail, bula de remédio, tirinha de jornal, instruções de uso, outdoor, debate, receita culinária, entrevista, aula expositiva...

No entendimento de Bagno, há na sociedade brasileira um desprezo por práticas orais e preconceito em relação à língua falada não-padrão, impregnada de, “erros” (desvios da norma), que na verdade demonstram uma “(...) cobrança indevida, por parte do ensino tradicional, de uma norma gramatical que não corresponde à realidade da língua falada no Brasil.” (Bagno, 2007).

Agindo dessa forma, estamos trilhando pelo caminho da voluntariedade, permitindo aos sujeitos da educação, “moverem-se de um estado de ser para um estado de ser-mais” (Freire, 2003). É com esse pensamento, que Paulo Freire chama de conscientização que desempenha um papel primordial.

Segundo Paulo Freire, essa conscientização nos remete ao real. Essa conscientização tem que nos remeter a algo criativo sobre aquilo que chamamos de realidade, ou seja, “sem uma atividade de ação-reflexão, constante e dinâmica”.

É preciso o sujeito ter consciência, seja ele professor, seja ele aluno. Essa consciência é que demanda toda uma realidade, que pode ser boa ou ruim. Quando a pessoa quer agredir a outra, ela o faz porque isso já estava dentro dela, o seu interior já estava permeado desse mal, a agressão, por exemplo. Dessa forma estamos lidando com a diversidade, assim podemos afirmar que a diversidade é constituída das diferenças que distinguem os sujeitos uns dos outros – mulheres, homens, crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos, pessoas com necessidades especiais, indígenas, afro-descendentes, descendentes de portugueses e de outros europeus, de asiáticos, de latino-americanos, entre outros. A diversidade que constitui a sociedade brasileira abrange jeitos de ser, viver, pensar e agir que se enfrentam. Entre tensões, entre modos distintos de construir identidades sociais e étnico-raciais e cidadania, os sujeitos da diversidade tentam dialogar entre si, ou pelo menos buscam negociar, a partir de suas diferenças, propostas políticas que incluam a todos nas suas especificidades sem, contudo, comprometer a coesão

nacional, tampouco concepções e propostas de Educação de Jovens e Adultos – EJA, voltadas à formação humana que passam a entender quem são esses sujeitos e que processos político-pedagógicos deverão ser desenvolvidos para dar conta de suas necessidades, desejos, resistências e utopias.

Aceitar e respeitar a diferença é uma das virtudes, sem o que a escuta não se pode dar. Se discrimino o menino ou a menina pobre, a menina ou o menino negro, o menino índio, a menina rica; se discrimino a mulher, a camponesa, a operária, não posso, evidentemente, escutá-las e se não as esculto, não posso falar com eles, mas a eles, de cima para baixo. Sobretudo, me proíbo entendê-los. Se me sinto superior ao diferente, não importa quem seja, recuso-me escutá-lo ou escutá-la. O diferente não é o outro a merecer respeito é um isto ou aquilo, destrutável ou desprezível. (Freire, 1996, p.136).

Considerando a diversidade cultural, a discutir variação/diversidade linguística a partir das sociolinguística Stela Maris Bortoni-Ricardo, entende-se que:

“Ao chegar à escola, a criança, o jovem ou o adulto já são usuários competentes de sua língua materna, mas têm de ampliar a gama de seus recursos comunicativos para poder atender às convenções sociais (...) Os usos da língua são práticas sociais e muitas delas são extremamente especializadas, isto é, exigem vocabulário específico e formações sintáticas que estão abonadas nas gramáticas normativas (...) Há usos especializados da língua que constituem práticas sociais de letramento, mas há usos especializados que são práticas da cultura da oralidade (...) A escola é, por excelência, o lócus – ou espaço – em que os educandos vão adquirir, de forma sistemática, recursos comunicativos que lhes permitam desempenhar-se competentemente em práticas sociais especializadas. (Bortoni-Ricardo, 2004).”

Com essa idéia de emancipação, é possível produzir algo criativo. Chegamos a um lugar: à prática. Atingiremos a emancipação se formos de fato, comprometidos com aquilo que pretendemos alcançar. Pensando dessa forma, nasce o novo, a criatividade cria asas, surgindo sempre outra coisa nova. Descobriremos que não apenas os educadores e as educadoras são os detentores do saber; os educandos e as educandas também possuem saberes, e são capazes de fazerem algo novo, criativo naquilo que propõem fazer.

É primordial conhecer o aluno. É ele o sujeito concreto desse processo que chamamos de ensino-aprendizagem. Os alunos e as alunas são diferentes uns dos outros. Aí estaremos nos reportando à diversidade. Compreendendo a diversidade, simplificaremos e entenderemos melhor a escola inclusiva. Essa diversidade é proveniente do gênero, da raça, da cor, da etnia, da cultura, da religião...

Nós, professores e professoras, quando recebermos alunos novos, se faz necessário realizar uma sondagem através do diálogo, uma interação entre professor-aluno. Assim, descobriremos os sonhos, os objetivos, as fantasias dos mesmos. Com isso abrimos um

espaço para que esses alunos percebam que nós também temos sonhos, objetivos, fantasias. É um ajudando o outro. Ambos aprendem juntos.

Nesse momento podemos introduzir a leitura e a compreensão do texto. Essa introdução deve ser feita a partir das coisas simples, que pode ser através de leitura de uma paisagem, leitura do ambiente escolar, leitura de uma receita de bolo da vovó, leitura de uma bula de remédio, leitura da vida, leitura do mundo... Devemos partir do simples porque em se tratando de alunos do 2º segmento, de 6º e 7º semestre e de alunos com necessidades educacionais especiais, de faixas etárias diferentes, se faz necessário trabalhar com o concreto, com o real. Essa leitura citada faz parte da realidade do aluno e também do professor e da professora. Assim, fica mais fácil aprender aprendendo. De acordo com Ubiratan D'Ambrósio, a rotina diária da sala de aula possibilita:

(...) leitura e interpretação crítica de noticiários de jornais e televisão; interpretação do momento social através de novelas, filmes, telenovelas, programas de auditório; capacidade de se localizar com crescente precisão (rua, número, bairro, CEP, telefone, distâncias da casa à escola, tempo de percurso, avaliação do tempo gasto em transporte num dia, num mês, num ano, numa vida) e leitura de mapas e sinopses internacionais; gestão da economia pessoal (custos, moeda, orçamento familiar, do estado); compreensão de questões demográficas (população, distribuição de população, índices de qualidade de vida etc.) e ambientais (padrões de temperatura, de precipitação, áreas florestais, cultivadas, recursos hídricos etc.); tratamento de dados sobre o corpo (altura, peso etc.); organização e interpretação de tabelas, iniciando, assim, a percepção do que são estatísticas e probabilidades. (D'Ambrósio apud Fonseca, Macedo, Mileni, p. 5).

É nisso que se baseia o nosso Projeto de Intervenção Local – PIL: a leitura como elemento fundamental para redigir e compreender textos. Consciente disso, fica mais fácil saber se a emancipação foi atingida, ou seja, “o ser-mais”. Assim, atenderemos na diversidade, porque acreditaremos na inclusão de todos, independente de qualquer coisa.

A implementação desse projeto deve ser executado, em especial para os alunos e as alunas da Educação de Jovens e Adultos – EJA, pois os mesmos estão ali de forma mais consciente da própria realidade, em parte, e reconhecem o valor e a necessidade de aprender e isso ajuda na interação professor-aluno.

## **6. OBJETIVO GERAL**

Desenvolver habilidades lingüísticas em situações discursivas diversificadas, respeitando a diversidade sociocultural.

Desenvolver a leitura, a compreensão e a produção de textos orais e escritos, através do auto-conhecimento e resgate da autoestima.

## 6.1. Objetivos específicos

- Identificar relações entre oralidade e escrita, integrando-as;
- Produzir e ouvir textos orais de diferentes gêneros e funções;
- Intuir a gramática da língua de forma contextualizada;
- Interagir através da oralidade e da escrita a partir do letramento que traz de seu grupo familiar, cultural e valorização da diversidade

## 7. ATIVIDADES/RESPONSABILIDADES, CRONOGRAMA E PARCEIROS

Atividades/responsabilidades	Cronograma	Parceiros
<ul style="list-style-type: none"><li>• Oficinas de letramento utilizando os diversos gêneros textuais:</li><li>• Leitura de mapas</li><li>• Leitura de calendário</li><li>• Leitura de sinais de trânsito</li><li>• Leitura de jornais, revistas e livros</li></ul>	Fevereiro à  Julho/2011	<ul style="list-style-type: none"><li>• Universidade de Brasília</li><li>• Ministério da Educação</li><li>• Secretaria de Educação do DF</li><li>• SESI, SESC, SENAI</li><li>• Amigos da Escola</li><li>• Parceiros da Escola</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Compreender a necessidade de cooperação entre escola, família e comunidade</li><li>• Adequar os conteúdos de acordo com o nível do(a) aluno(a)</li><li>• Trabalhar a autoestima do aluno através de apresentações lúdicas, elevando sua motivação</li><li>• Elaborar texto próprio, a partir de suas experiências</li><li>• Refazer o texto com linguagem própria, interpretando com autonomia</li></ul>	Julho à Dezembro/2011	

## 8. ORÇAMENTO

Como este projeto, inicialmente, será desenvolvido na abrangência do Distrito Federal, em particular nas instituições onde trabalham os proponentes, utilizaremos os recursos da própria escola, como materiais didáticos e a mão-de-obra de seus autores. Ainda, será necessário a aquisição de livros e de outros materiais didáticos, com o intuito de facilitar a implementação deste projeto. Para tanto, tais despesas com esses materiais estão orçadas, aproximadamente, em R\$ 600,00 (seiscentos reais).

## 9. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Desde a sua implantação, em quanto educadores, estaremos constantemente acompanhando e avaliando todos os aspectos do projeto, tais como: cenário, interesse da

comunidade escolar pelo projeto e comprometimento dos responsáveis e dos alunos e condições estruturais do ambiente escolar, adequando os conteúdos de acordo com as limitações dos educandos e de todos que dele participarem. Assim, os conteúdos não serão acompanhados e avaliados de forma isolados, devendo ser adotada a interdisciplinaridade.

## 10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil:** Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nºs 1/92 a 56/2007 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nºs 1 a 6/94. – Brasília : Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática docente.** 27. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

GADOTTI, Moacyr. **Educação básica e diversidade cultural.** São Paulo: Editora Pontes, 1994.

BRASIL. LDB : **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** : Lei n. 9.394, de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e legislação correlata. – 3. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2005.

LUFT, Celso Pedro. **Língua e liberdade: por uma nova concepção da língua materna e seu ensino.** Porto Alegre: L&PM, 1985.

MACEDO, Maria do Socorro; FONSECA, Fernando; MILANI, Mileni. **Práticas Escolares de Letramento Matemático: uma perspectiva etnográfica.** Disponível em: <http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/Vertentes/Socorro%20e%20outros>. Acessado em: 19 de julho de 2010.

PALUDO, Conceição. **Educação popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo democrático popular.** Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

SOARES, Magda Becker. **O que é letramento:** São Paulo: Edart, 1996.

**Parecer**

**CNE/CEB**

**11/2000.**

Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf1/proeja\\_parecer11.2000.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf1/proeja_parecer11.2000.pdf).  
Acessado em: 19 de julho de 2010.

VYGOTSKY, Lev. **Pensamento e linguagem**. Martins Fontes, 1989.

\_\_\_\_\_. **A formação da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.